

Risco Ambiental para as Instituições Financeiras Bancárias

Maria de Fátima Cavalcante Tosini¹

RESUMO: O objetivo do artigo é mostrar a importância das questões ambientais para as instituições financeiras bancárias, com especial atenção sobre o risco. Evidenciando que o risco ambiental tem impacto efetivo e crescente sobre os quatro grandes riscos enfrentados pelas instituições bancárias – o risco de mercado; o risco de crédito; o risco legal; o risco operacional, e neste último sobre uma importante modalidade que é o risco de reputação. Os recentes desastres ambientais têm colocado o risco ambiental na agenda dos bancos, deixando evidente que estes devem atentar para as questões ambientais para mitigação do risco, bem como para aproveitamento das oportunidades de negócio. Os bancos também devem agregar o risco ambiental, em seus modelos de gerenciamento de risco, para efeito de cálculo de capital regulamentar, uma vez que o II Acordo de Capitais da Basiléia determina que os bancos, ao avaliarem seus riscos, devem ter em conta todos os tipos riscos a que estão expostos.

Palavras-chave: meio ambiente, mercado financeiro, risco ambiental, responsabilidade socioambiental, investimento socialmente responsável.

INTRODUÇÃO

O grande processo de desenvolvimento industrial, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, provocou fortes pressões e degradações ao meio ambiente, dando início a sucessivos desastres ambientais, principalmente a partir da década de 70.

A sociedade e os organismos oficiais começaram a se mobilizar para discutir e buscar soluções para os problemas ambientais que se avolumavam. Em 1972, ocorreu a primeira reunião, a nível mundial, para discutir as questões ambientais, foi uma conferência das Nações Unidas, conhecida como “Conferência de Estocolmo”.

Desde então tem crescido a consciência da sociedade civil com relação a esses problemas. A sociedade tem se organizado, principalmente, criando organismos não governamentais (ONGs) para pressionar e influenciar as tomadas de decisões. Mecanismos públicos e privados foram criados com o propósito de reduzir a poluição e os danos causados pelo progresso econômico ao meio ambiente.

Como resultado dessa mobilização, já existem, praticamente em todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimentos, órgãos públicos para regular e fiscalizar as atividades econômicas a fim de forçar as empresas a tomarem um novo rumo na busca de um desenvolvimento econômico menos danoso ao meio ambiente.

Atualmente, muitos países já possuem seus órgãos públicos para tratar dos problemas ambientais, alguns com *status* de ministério, como é o caso do Brasil e da maioria dos países da União Européia, outros como secretarias, conselhos ou comissões. Por outro lado, em todo ordenamento jurídico dos países existem leis estabelecendo regras e impondo limites para as atividades econômicas com o propósito de preservar o meio ambiente e responsabilizar empresas pelos danos causados ao meio ambiente, com base no “Princípio do Poluidor Pagador”.

Tendo em vista que no atual estágio do capitalismo, o sistema financeiro é um dos agentes de maior importância na determinação do desenvolvimento econômico, este não poderia caminhar à margem dos problemas ambientais. A consciência da sociedade com relação aos problemas ambientais e o arcabouço legal, que se criou no mundo e, de

forma bem avançada no Brasil, tem atingido o sistema financeiro como um todo e, de forma especial, os bancos.

O objetivo deste trabalho é abordar a importância das questões ambientais para as Instituições bancárias e identificar dentro dos grandes grupos de riscos enfrentados pelos bancos, nos seus relacionamentos com as empresas, o risco ambiental como mais uma variável sujeita a gerenciamento.

O trabalho está dividido em 5 tópicos, o primeiro traz um panorama histórico do envolvimento das instituições financeiras com as questões ambientais; o segundo trata da classificação e dos conceitos de riscos enfrentados nas instituições bancárias; o terceiro faz uma abordagem teórica relacionada ao risco ambiental; o quarto mostra a relação das questões ambientais com as instituições bancárias e trabalho é finalizado no quinto tópico com considerações finais.

1. HISTÓRICO

As instituições financeiras aos poucos foram obrigadas a atentar para os problemas ambientais, inicialmente de forma defensiva para evitar a responsabilização legal por dano ambiental causado por resíduos tóxicos em bens recebidos como garantia de empréstimos. De acordo com o International Institute for Sustainable Development (IISD)², alguns eventos e iniciativas mudaram a atuação dos bancos com relação às questões ambientais:

Em 1980 foi editado o *Comprehensive Environmental Response Compensation and Liability Act* (CERCLA). Essa lei, que ficou conhecida como Superfundo, foi criada para responsabilizar legalmente os proprietários de terrenos pela limpeza e descontaminação de resíduos tóxicos. Embora essa lei tenha criado exceções para proteger as instituições financeiras financiadoras, ocorreram algumas decisões judiciais responsabilizando bancos pela reparação de danos ambientais causados pelos destinatários de seus créditos.

A Comissão Europeia, em 1989, emitiu uma diretiva sobre responsabilidade civil para danos causados por resíduos. As instituições financeiras bancárias da Europa passaram a preocupar-se com questões

ambientais, uma vez que a diretiva impunha a responsabilização tanto do produtor dos resíduos quanto do atual controlador, havendo possibilidade de os financiadores responderem nessa última condição.

Em 1990, nos EUA, a justiça considerou a Fleet Factors Corporation responsável pelos danos ambientais causados por um tomador de crédito, argumentando que esse banco tivera capacidade para influenciar nas decisões de gerenciamento de resíduos do tomador de crédito. A justiça condenou o banco a proceder a descontaminação do imóvel. Após essa condenação, uma pesquisa conduzida pela Associação dos Bancos Americanos constatou redução de 46% dos financiamentos para atividades consideradas ambientalmente arriscadas, como, por exemplo, a indústria química.

Em 1992, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) criou uma iniciativa para as instituições financeiras, que passou a ser conhecida por UNEP-FI, promovendo-se a integração de todas as recomendações sobre aspectos ambientais para operações e serviços do setor financeiro. A iniciativa teve também como objetivo promover investimentos do setor privado em tecnologia e serviços para melhoria do meio ambiente. A meta do UNEP-FI era atingir o mais amplo espectro de instituições financeiras, bancos comerciais e de investimentos, gerenciadores de ativos, bancos de desenvolvimento e agências multilaterais.

Nesse mesmo ano, a UNEP e mais cinco bancos – NatWest Bank, Deutsche Bank, Royal Bank of Canada, Hong Kong & Shanghai Banking Corporation and Westpac Banking Corporation prepararam um termo de compromisso - A Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Até o final de 1992, 23 bancos comerciais já haviam assinado a declaração. Em dezembro de 2004, 163 instituições financeiras de todo o mundo já eram signatárias da Declaração do UNEP.

Em setembro de 1994, o UNEP organizou a primeira mesa-redonda internacional de bancos comerciais para discutir questões sobre o meio ambiente e facilitar a troca de perspectivas e experiências para

gerenciamento ambiental. Nessa reunião algumas questões foram levantadas:

- necessidade de avaliação de risco ambiental em processo de concessão de crédito;
- oportunidades privadas e públicas em financiamento ambiental; e
- operações internas nas instalações dos bancos e *performance* ambiental.

Em 1995, o UNEP e o Salomon Brothers divulgaram os resultados de um levantamento global sobre práticas ambientais no setor financeiro, envolvendo 90 bancos comerciais e de investimentos. Entre os resultados encontrados, o levantamento revelou que:

- 70% dos que responderam acreditavam que questões ambientais têm impacto material (financeiramente significativo) sobre seus negócios;
- 80%, de alguma forma, tinham entendimento sobre gerenciamento de risco ambiental em operações de crédito; e
- A expectativa do levantamento foi que o número de bancos em todo o mundo envolvido regularmente em investimentos e empréstimos ambientais nos últimos 15 anos havia triplicado.

O Banco Mundial passou a ter forte preocupação com o desenvolvimento sustentável³. Até o final de 1996, tornou-se o maior fornecedor de recursos para programas e projetos de melhoria ambiental, com uma carteira de US\$11,5 bilhões cobrindo 153 projetos em 62 países. Como a maior agência internacional de financiamento ao desenvolvimento, o Banco Mundial desempenhou importante papel ao direcionar recursos para o desenvolvimento sustentável. Seu compromisso com a sustentabilidade influenciou estratégias do setor bancário comercial e de investimento em todo o mundo.

O BankAmerica Corporation, em 1997, foi o primeiro banco do setor de serviço financeiro dos EUA a aderir aos princípios da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (Ceres), um código de ética ambientais desenvolvido pela coligação de investidores, companhias e grupos ambientalistas. Seguindo o exemplo do BankAmerica, o BankBoston, o mais antigo banco comercial dos EUA, também aderiu ao Ceres. Os administradores desses bancos, na ocasião da adesão,

declararam acreditar que o que é bom para o meio ambiente poderia contribuir para o resultado do banco.

Em 1998, o International Finance Corporation (IFC)⁴ reforçou sua estratégia ao priorizar projetos com ênfase ambiental, divulgando em janeiro de 1998 uma diretriz sobre políticas e procedimentos ambientais e sociais para projetos. Este documento tratou de avaliação ambiental, *habitats* naturais, controle de pragas, reassentamento involuntário de comunidades, florestas e projetos de hidrovias. A proposta do IFC era dar maior relevância à performance ambiental e social e efetivamente incrementar o desenvolvimento sustentável no setor privado.

Em setembro de 1999, o grupo Dow Jones lançou o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), o primeiro índice global que agrega a performance ambiental das companhias. Em 26 de julho de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o *Global Compact*, conjunto de nove princípios com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Em 24 de junho de 2004, o secretário-geral da ONU adicionou um décimo princípio, referente ao combate da corrupção. Desde o lançamento do programa, mais de 1.600 empresários de diversificados setores da economia já assinaram a adesão, entre os quais representantes de 151 companhias do setor de serviços financeiros (*Global Compact*, 2004). Os princípios referentes ao meio ambiente são:

- Princípio 7: Apoiar o princípio da precaução, no que respeita aos desafios ambientais;
- Princípio 8: Adotar iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
- Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias limpas.

Em outubro de 2002, o IFC convocou um grupo de bancos para discutir o problema do risco ambiental em financiamentos de projetos. Participaram da discussão o ABN AMRO Bank, Barclays, Citigroup, WestLB e o IFC. Em fevereiro de 2003, foi apresentada uma proposta para consulta com clientes e organizações não-governamentais (ONGs).

Em 4 de junho de 2003, dez bancos – ABN Amro, Barclays, Citigroup, Crédit Lyonnais, Crédit Suisse, HypoVereinsbank (HVB), Rabobank, Royal Bank of Scotland, WestLB e Westpac – anunciam a adoção dos Princípios do Equador (*Equator Principles*)⁵. Estes bancos juntos financiam em média 30% do total de projetos em todo o mundo. Tendo em vista que em muitos casos os *project finance* são sindicalizados, a adoção dos novos critérios para financiamento de projetos, naquele momento, cobriu 50% do total de financiamento de projetos em todo o mundo. Até janeiro de 2005, 27 instituições bancárias já haviam aderido aos Princípios do Equador (*Equator Principle*, 2005), sendo que quatro delas eram do Brasil.

Outro fator que deverá mudar a atuação das instituições financeiras bancárias em relação às questões ambientais é o II Acordo de Capitais da Basiléia, a ser adotado a partir do final de 2007 pela maioria dos países – não apenas pelos países-membro. O novo acordo considera outros riscos enfrentados pelos bancos para efeito de cálculo de capital regulamentar. Assim, o novo acordo exige modelos de gerenciamento de risco mais precisos⁶ e, portanto, agregando novos riscos, como, por exemplo, o risco ambiental.

2. CONCEITOS E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As instituições bancárias estão expostas a riscos que podem se traduzir em prejuízos relevantes, comprometer sua saúde financeira e, no limite, sua própria continuidade. Existem diversas classificações de risco na literatura. Porém, cada instituição financeira faz sua própria classificação de acordo com seu porte e nicho de mercado ou, ainda, em função da melhor forma de gerenciar os riscos. Uma das classificações de risco mais citadas na literatura é feita por Jorion (1997), que os divide, para qualquer tipo de empresa, em: Risco do negócio; Risco estratégico; e Risco financeiro.

O risco do negócio está associado à obtenção de vantagem competitiva e à valorização da empresa perante seus acionistas. Esse risco está relacionado ao setor em que a empresa opera e inclui

inovações tecnológicas, *design* do produto e *marketing*. O risco do negócio é inerente a qualquer tipo de atividade econômica.

Os riscos estratégicos resultam de mudanças fundamentais (profundas) no ambiente político e estratégico. Como, por exemplo, o rápido desaparecimento da ameaça da União Soviética sobre os EUA no final dos anos 1980, provocando uma gradual redução nos gastos com defesa, o que causou forte impacto sobre a indústria bélica (Jorion, 1997).

O risco financeiro está relacionado às possíveis perdas em mercado financeiro. As empresas podem otimizar (reduzir) suas exposições aos riscos financeiros e concentrar seus esforços no gerenciamento dos riscos do negócio, ao contrário das instituições financeiras, que têm como função principal gerenciar ativamente os riscos financeiros. Os bancos devem monitorar com precisão as fontes de risco como ponto de partida para controlá-los e precificá-los adequadamente.

Gerenciar risco é, portanto, o processo pelo qual as várias exposições a risco são identificadas, medidas e controladas.

Para Jorion (1997), os riscos financeiros podem ser classificados em: Risco de mercado; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco operacional; e Risco legal.

Embora vários autores considerem diversos tipos de riscos, de acordo com Saunders (2002), na realidade esses riscos costumam ser interdependentes. Por exemplo, quando as taxas de juros sobem, as empresas encontram maiores dificuldades para pagar suas dívidas. Em certas faixas de variações de taxas de juros há correlação positiva entre o risco de crédito e o de taxa de juros.

Com isso, os administradores de instituições financeiras acabam defrontando-se com os vários tipos de risco. Além desses, vários outros riscos, geralmente de natureza mais discreta, afetam a rentabilidade e a exposição a risco de um banco. A esses riscos de natureza discreta poder-se-iam acrescentar as alterações na legislação ambiental (tanto nacional quanto supranacional) que criam novos riscos para as empresas e também para as instituições financeiras bancárias.

Duarte Júnior (2004) utiliza-se de uma figura (Figura 1) para mostrar essa interdependência entre os quatro grandes grupos de risco de uma instituição financeira: Risco de mercado, Risco operacional, Risco de crédito e Risco legal.

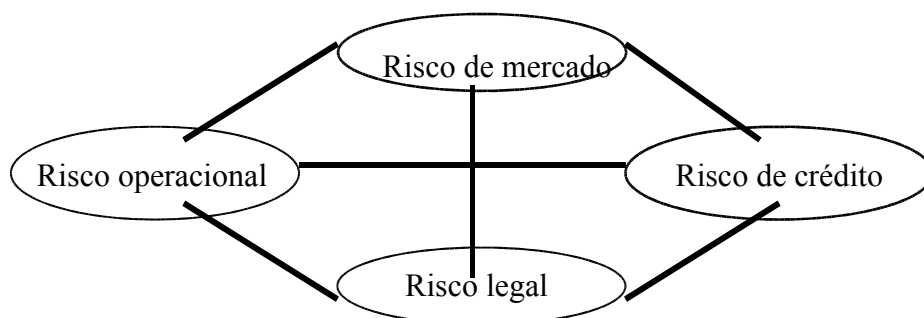


Figura 1 – Riscos para as instituições financeiras

De acordo com Duarte Júnior (2004), o risco está presente em qualquer operação do mercado financeiro. Risco é um conceito “multidimensional” que cobre quatro grandes grupos de risco: risco de mercado, risco legal, risco de crédito e risco operacional. Baseando-se na visão de Duarte Júnior (2004), os problemas ambientais são abordados como variável determinante presente nesses quatro grupos de risco.

3. RISCO AMBIENTAL

3.1 - Conceito

Risco ambiental pode ser definido como a medida de possíveis danos que uma atividade econômica pode causar ao meio ambiente⁷. A relação entre risco ambiental e os demais riscos enfrentados pelas empresas está fundamentada no “Princípio do Poluidor Pagador”⁸. Por esse princípio se busca internalizar os custos da degradação ambiental no processo produtivo de qualquer atividade econômica, a fim de evitar que apenas os lucros de uma atividade sejam privatizados e os custos do dano ambiental sejam socializados. Desta forma, risco ambiental passa a ser traduzido como custo financeiro.

De acordo com Molina (2003), sempre haverá risco ambiental se o rendimento real de um ativo ou de um investimento diferir do rendimento esperado por razões relacionadas a variáveis ambientais.

3.2 - Princípio do Poluidor Pagador

O Princípio do Poluidor Pagador, de acordo com Antunes (1997), foi introduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através da Recomendação “C” (72), 128, de 28 de maio de 1972, e encontrou ressonância no Ato Único Europeu, artigo 130 R, 2.

Posteriormente, a Declaração de Estocolmo⁹, resultado da reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas, em junho de 1972, em Estocolmo (Conferência de Estocolmo), incorporou esse princípio, que veio a se tornar um dos pilares para o desenvolvimento de legislação interna e internacional sobre responsabilidade e compensação por danos ambientais (Vargas, 1998).

A Declaração do Rio, em seu Princípio nº 16, também adotou o Princípio do Poluidor Pagador: “As autoridades nacionais devem procurar assegurar a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, levando em conta o critério de que quem contamina deve, em princípio, arcar com os custos da contaminação, levando-se em conta o interesse público e sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais”. Pelo princípio em tela, busca-se impedir que a sociedade arque com os custos da recuperação de um ato lesivo ao meio ambiente causado por um poluidor perfeitamente identificado.

O ordenamento jurídico do Brasil também adota o Princípio do Poluidor Pagador como está prescrito no artigo 225, § 3º, da Constituição Federal de 1988:

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

3.3 - Risco ambiental e os impactos financeiros

A atual legislação ambiental, tanto brasileira quanto à dos demais países, sujeita os causadores de danos ao meio ambiente a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. A legislação ambiental, ao aplicar o Princípio do Poluidor Pagador, estabelece a relação entre o risco ambiental e os demais riscos enfrentados pelas empresas. A reparação do dano

ambiental, o cumprimento das sanções penais e administrativas, envolverá, necessariamente, dispêndio financeiro para o infrator. Além desses dispêndios financeiros, o infrator está sujeito a multas e indenizações e estas podem ser de grande magnitude, a ponto de levarem o infrator à falência.

Por outro lado, os danos ambientais até então identificados evidenciam que o risco ambiental tem impacto sobre as três modalidades de risco enfrentadas pelas empresas, seja qual for sua atividade econômica – risco de negócio, risco financeiro e risco estratégico. Tendo em vista que o desempenho econômico das empresas depende direta ou indiretamente do gerenciamento desses riscos, depreende-se daí que, para obter um bom desempenho econômico, a empresa precisa, também, de um bom sistema de gerenciamento ambiental.

Os bancos, como parceiros financeiros das empresas, dependem do retorno financeiro destas. Assim, o risco ambiental das empresas afeta indiretamente o desempenho econômico das instituições financeiras, na medida em que esse risco pode vir a comprometer o valor dos ativos financeiros das empresas, sua capacidade de honrar seus empréstimos, bem como sua própria reputação junto à sociedade.

As empresas, ao se lançarem em novos negócios na tentativa de criar vantagens competitivas, assumem os riscos inerentes a esses negócios. O avanço da ciência e da tecnologia tem proporcionado a certas atividades econômicas intenso uso dos recursos naturais e conseqüentemente uma parcela do risco do negócio está associada ao risco ambiental.

Não é difícil perceber que o risco ambiental tem impacto muito maior sobre negócios como mineração, exploração e refino de petróleo e indústria química do que sobre atividades educacionais ou de serviços, por exemplo. Portanto, a má gestão ambiental nas atividades que causam maior impacto ambiental pode acarretar perdas financeiras irreparáveis para a empresa. Nessas atividades, gerenciar bem o risco do negócio pressupõe o adequado gerenciamento ambiental.

A sociedade civil, cada vez mais consciente dos problemas de degradação ambiental, juntamente com o poder público, tem exercido

forte pressão, por meio de legislação ou de auto-regulação de organismos não-governamentais, para que as empresas desenvolvam produtos e processos produtivos menos danosos ao meio ambiente. Essa nova postura da sociedade coloca o risco ambiental, cada vez mais, como fator determinante do risco estratégico das empresas.

Ignorar as questões ambientais pode levar a grandes erros estratégicos. Para exemplificar podem-se tomar dois exemplos de problema ambiental com efeito sobre todo o planeta: a destruição da camada de ozônio e o aquecimento da Terra, devido ao chamado efeito estufa.

O Tratado de Montreal, assinado em 1987 (atualmente com mais de 170 países signatários, inclusive o Brasil) determina a eliminação dos gases CFC e HCFC dos equipamentos de refrigeração (ar-condicionado, *freezers*, geladeiras etc.) nos países desenvolvidos até 2030, e do brometo de metila (Br_3C) até 2005. Essa medida foi tomada porque a ciência comprovou que esses gases destroem as moléculas de ozônio da atmosfera e, portanto, reduzem a espessura da camada de ozônio que serve como filtro na atmosfera para os raios ultravioleta emitidos pela radiação solar.

As empresas que continuarem produzindo equipamentos de refrigeração dependentes dos gases CFC ou HCFC estarão cometendo um erro estratégico. Se elas ignorarem esse Protocolo, que tem caráter de lei internacional, e não investirem para alterar seu processo produtivo buscando outra alternativa de gás que substitua o CFC e o HCFC, estarão impedidas de continuar no mercado.

Por outro lado, as empresas podem ver essas mudanças como oportunidade estratégica. As empresas que conseguirem desenvolver um gás substituto, eficiente do ponto de vista da refrigeração e que não reaja com o ozônio nem provoque efeito estufa, terão ganhos de competitividade em relação às concorrentes.

Outro problema ambiental global que tem provocado grande preocupação na sociedade civil, na comunidade científica e no Poder Público, e que, portanto, promete grandes mudanças na legislação, é o

aquecimento do planeta, provocado pelas emissões de gases de efeito estufa.

O World Resources Institute com a SAM (Sustainable Asset Management) fez um estudo intitulado “*Changing Drivers: The impact of climate change on competitiveness and value creation in the automotive industry*,” (Austin et al., 2003). Este estudo mostra a posição das dez maiores indústrias automobilísticas do mundo nos três grandes mercados consumidores: EUA, EU (União Européia) e Japão. Segundo os autores, a necessidade de redução de emissão de CO₂ dos veículos automotores significará oportunidades de ganho ou custo para as empresas dependendo da estratégia de cada uma delas.

O estudo revelou que as indústrias automobilísticas americanas não estão tão bem posicionadas quanto às suas concorrentes, tais como a Honda e a Toyota, para adaptar seus carros para as próximas regulações sobre emissão de gases poluentes. O *The New York Times* de 25/07/04 publicou um artigo sobre esse estudo em que um analista da Merrill Lynch, John A. Casesa, previne sobre o impacto desse risco para as companhias Ford e General Motors.

Estes são alguns exemplos de que atentar para o risco ambiental tem forte impacto sobre o risco estratégico das empresas e ignorá-lo pode trazer sérias perdas financeiras e até a inviabilidade do negócio no longo prazo.

Com relação aos riscos financeiros, a sua administração deixou de ser prioridade apenas das instituições financeiras. Desde que as captações diretas passaram a ser a principal forma de financiamento para as grandes empresas, estas também passaram a focar como prioridade a administração do risco financeiro.

Há no mercado um grande apelo por parte dos investidores individuais e institucionais (os grandes fornecedores de liquidez do mercado de capitais) para que os organismos de regulação criem regras obrigando as empresas a divulgar relatórios ambientais padronizados, possibilitando aos investidores avaliar o risco ambiental. Isso mostra que os investidores pretendem agregar o risco ambiental ao custo do

investimento, ou seja, as empresas com maior passivo ambiental terão maior custo de captação.

4. MEIO AMBIENTE E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

4.1 - Importância das questões ambientais para as instituições financeiras

As questões ambientais tornam-se cada vez mais importantes para as instituições financeiras. Algumas organizações ligadas ao sistema financeiro e preocupadas com questões ambientais, como a Environmental Bankers Association (EBA)¹⁰, afirmam que atentar para o meio ambiente não é importante apenas sob o aspecto de gerenciamento de risco, também representa oportunidades de negócio e pode se tornar uma vantagem competitiva tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

A EBA identifica seis maneiras de como as instituições financeiras bancárias se relacionam com questões ambientais:

Gerenciamento de risco: Os problemas ambientais gerados por tomadores de crédito e/ou emitentes de *equities* podem ter sérios impactos sobre sua capacidade de liquidação dos débitos ou na realização de ganhos para os investidores. Por outro lado, a opinião pública negativa sobre financiamento de projetos de grande impacto ambiental repercute na reputação de instituições financeiras.

Financiamento de infra-estrutura: Os financiamentos de infra-estrutura ambiental, tais como fornecimento de água tratada e tratamento de resíduos líquidos (efluentes) e resíduos sólidos, disposição de resíduos perigosos, construção de hidrelétricas e de estradas, são exemplos de financiamento que têm forte impacto ambiental.

Operações internas: Muitas organizações reconhecem os benefícios da grande variedade de ações internas ambientalmente benéficas, que contribuem para melhorar os resultados e trazer outras vantagens corporativas para a companhia. Entre essas ações, podem-se incluir programas de utilização eficiente de energia, reciclagem, redução de

utilização de recursos e minimização de desperdícios, bem como programas para educar e engajar empregados, fornecedores e clientes.

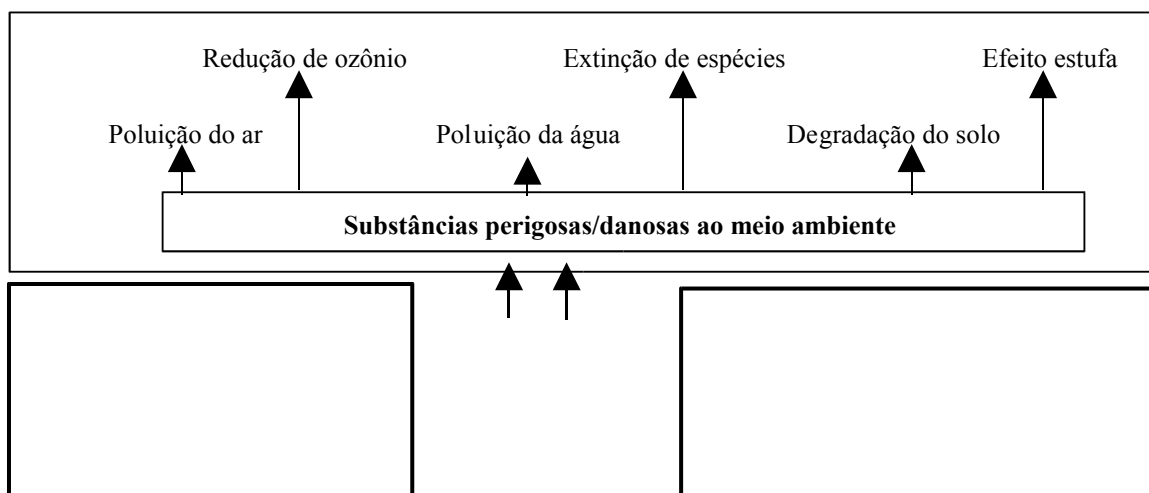
Responsabilidade comunitária: As instituições financeiras têm responsabilidade com a comunidade na qual elas operam. Seu relacionamento com a comunidade pode incluir atividades como participação em políticas públicas e trabalhos comunitários voluntários para trazer benefícios à coletividade.

Marketing: Os bancos podem usar causas ambientais para marketing de seus serviços para consumidores interessados em fazer negócios com companhias ambientalmente proativas.

Financiamento de produtos sustentáveis: A indústria de produtos e serviços ambientais necessita de financiamento, particularmente para novas tecnologias que possam ajudar a resolver problemas ambientais. Os bancos podem ter bons retornos financiando recuperação de propriedades contaminadas (*brownfields*) ou o desenvolvimento de métodos produtivos inteligentes em novas plantas (*greenfield*).

Para a EBA, uma boa política ambiental para as instituições financeiras envolveria uma combinação apropriada de todos esses elementos apresentados. Entretanto, ela admite que para seus membros, o foco inicial tem sido no gerenciamento de risco, tendo em vista que os impactos são mais perceptíveis nos resultados (*bottom line*) dos seus membros. A EBA sugere: “*O gerenciamento de risco é um bom começo para construir um relevante programa ambiental corporativo em algumas instituições financeiras, levando em conta seu tamanho, seus produtos, seu mercado se global ou doméstico.*”

A Associação de Banqueiros Suíços (Guia de ecoeficiência para o setor financeiro, 2004) mostra por meio de uma ilustração (Figura 2), de forma bastante didática, a relação dos bancos com as questões ambientais.



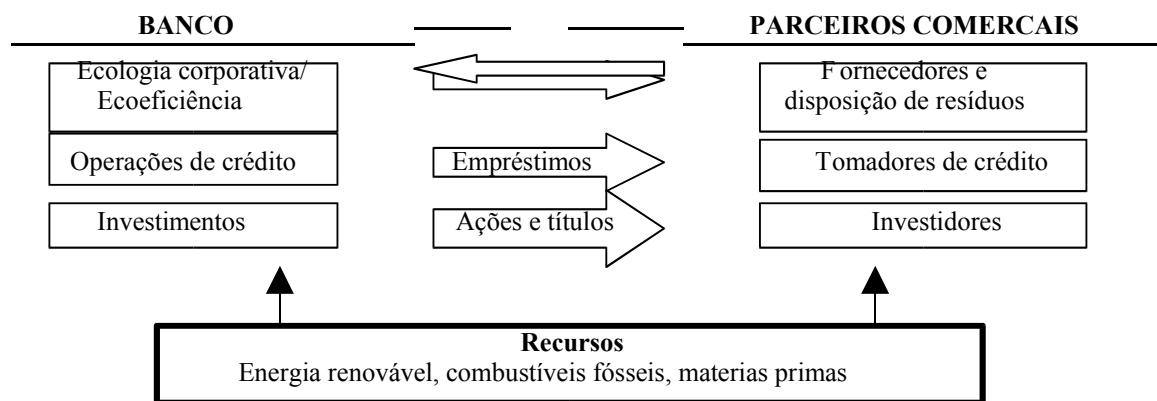


Figura 2 – Bancos e meio ambiente

Todos os parceiros comerciais dos bancos, de qualquer atividade econômica, provocam impacto sobre o meio ambiente, causando algum tipo de dano ambiental, uma vez que, de uma forma ou de outra, utilizam recursos naturais e geram resíduos ou emissão. Nessa parceria os bancos indiretamente se relacionam com as questões ambientais. Por outro lado, os bancos, embora em menores proporções, também utilizam recursos naturais e geram resíduos, e consequentemente causam impacto direto sobre o meio ambiente, ou seja, também são poluidores.

4.2 - Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias

De acordo com o *Market Intelligence Brief (MIB)*¹¹, publicação do International Finance Corporation – IFC (*MIB* 1, 2003), os bancos, com relação às questões ambientais, estão expostos a três tipos de riscos:

Risco direto – São aqueles aos quais os bancos respondem diretamente como poluidores, riscos associados às suas próprias instalações, uso de papéis, equipamentos, energia etc. Nessa modalidade se aplica diretamente o Princípio do Poluidor Pagador, ou seja, o banco deve internalizar nos seus custos os gastos com controle de poluição.

Risco indireto – O risco ambiental afetaria a empresa com a qual o banco tem relacionamento como intermediador financeiro, via operações de créditos ou como detentor de ativos financeiros (ações ou títulos de dívida).

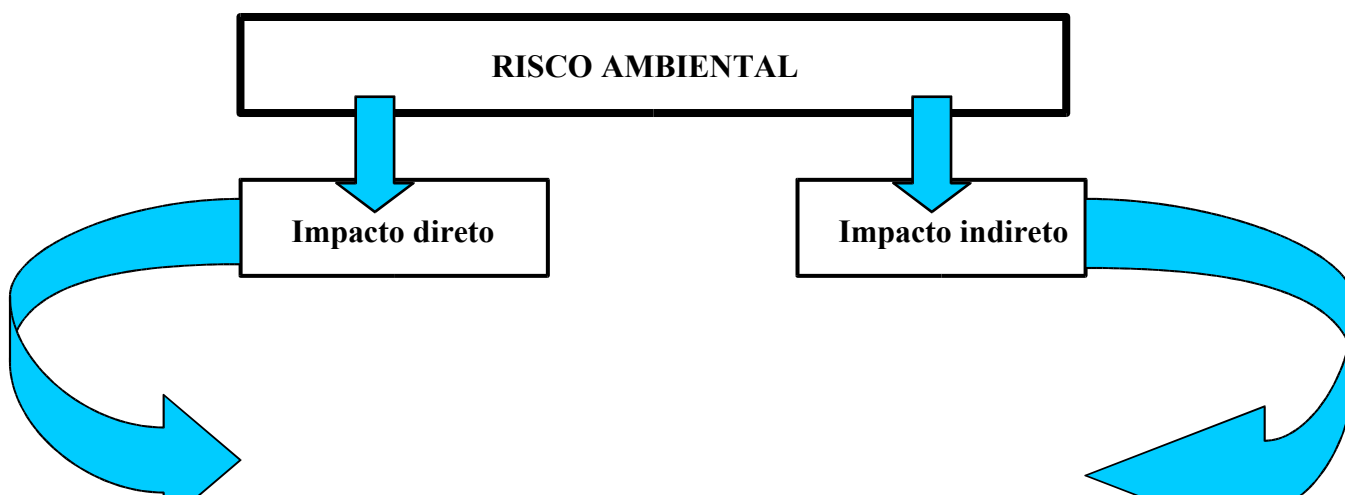
Risco de reputação – Os bancos vêm sofrendo pressão do público em geral e dos organismos não-governamentais (ONGs) para adotar uma política de financiamento e investimento ambientalmente correta sob pena de terem sua reputação prejudicada diante da sociedade. A imagem

dos bancos junto à sociedade é importante para o sucesso do conjunto de suas atividades e é considerada como parte de seu patrimônio.

A EBA também identifica que as instituições financeiras estão sujeitas a risco ambiental de forma indireta pela ação de terceiros, tais como nos empréstimos e investimentos; e de forma direta, em decorrência de suas próprias atividades, e cita alguns exemplos de risco ambiental direto:

- *sustentar uma posição impopular de políticas públicas e causar impacto sobre sua reputação.*
- *envolvimento excessivo em atividades, ambientalmente sensíveis, dos tomadores de crédito especialmente envolvimento em decisões operacionais dos negócios dos devedores, podendo provocar, para a instituição financeira credora, o surgimento da obrigação de reparar os danos ambientais causados pelo tomador de crédito.*
- *Participação em empresas – é importante atentar para a estrutura legal de uma corporação, pois é possível que o banco seja obrigado a responder pelas atividades ambientais de suas ligadas. Identificar e gerenciar os riscos desse tipo de responsabilidade é importante para instituições financeiras operarem em múltiplas jurisdições internacionais, onde as leis societárias e regras das obrigações dos credores podem divergir.*
- *As próprias operações das instituições financeiras têm risco ambiental. Atividade tais como disposição de equipamentos eletrônicos usados, gerenciamento de resíduos de operação de impressão, e reciclagem de resíduos de escritório são sujeitos a leis ambientais em muitas jurisdições. Falhas no cumprimento desses requisitos pode resultar em obrigação ou perda em valores de ativos. Além disso, instituições financeiras envolvidas na indústria de seguro tem um interesse direto neste risco devido à frequência e severidade de reivindicações relacionadas a matéria ambiental.*

Associando os quatro grandes riscos das instituições financeiras – o risco de mercado, de crédito, legal e operacional - com os riscos ambientais, é possível mostrar que estes últimos causam impacto nos quatro grandes grupos de risco enfrentados pelos bancos. (Figura 4).



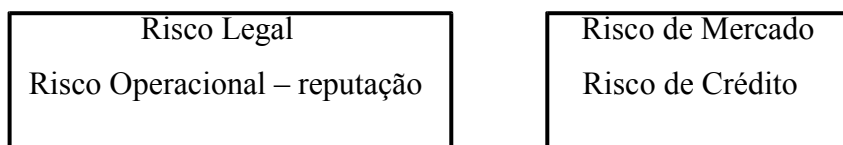


Figura 4 – Risco ambiental e demais riscos das instituições financeiras

As instituições financeiras estão expostas indiretamente ao risco ambiental nas operações de crédito porque de forma global a legislação ambiental, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, aplica o Princípio do Poluidor Pagador, obrigando o poluidor à prevenção, reparação e repressão do dano ambiental, medidas com reflexo sobre a situação econômico-financeira dos tomadores de crédito, pois comprometem sua capacidade de pagamento. Aquilo que é risco financeiro para o tomador de crédito torna-se também risco para o emprestador. Assim, o risco ambiental ao afetar a saúde financeira do tomador de crédito, conseqüentemente torna-se risco para a instituição bancária.

Com relação ao risco de mercado, muitos estudos têm comprovado que o mercado de capitais responde tanto de forma positiva quanto negativa à performance ambiental das empresas. Uma das evidências é a diferença de performance das ações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) em relação às ações do Dow Jones General Index (DJGI), no período de dezembro de 1993 e dezembro de 2004, nota-se que as primeiras tiveram índice de retorno de **167%**, enquanto as ações do DJGI tiveram retorno de **125%** (grifo nosso) (Sustainability-indexes, 2005).

Assim, o impacto do risco ambiental sobre o preço de ações ou títulos tem efeito sobre os resultados das instituições financeiras, uma vez que este pode provocar perdas ou ganhos, devido ao efeito de variação nos preços dos ativos que compõem seus portfólios.

Com relação ao Risco Legal, o risco ambiental está associado a esse risco dentro da modalidade de risco definida por Duarte Júnior (2002) como risco de legislação, pois ele surge da não-observância da legislação ambiental associada a outros dispositivos legais que normalmente se interpretam conjuntamente. A não observância da

legislação ambiental por parte dos bancos pode levá-los à responsabilização pelos danos ambientais causados por eles próprios bem como por seus parceiros de negócios, sejam eles em investimentos sejam em operações de crédito.

Quanto ao risco operacional há que ressaltar que o gerenciamento focado em risco exige das instituições financeiras uma visão corporativa de risco, por isso eles devem ser gerenciados como uma unidade, como cita Borges & Bergamini Júnior (2001; 217), o gerenciamento de risco deve ser holístico, ou seja, gerenciar não apenas os riscos relacionados ao próprio negócio mas todos os demais riscos que indiretamente afetam os resultados do banco. Assim, todas as atividades que dão suporte ao *core business* oferecem riscos, inclusive atividades relacionadas ao funcionamento das atividades dos bancos.

Entre as áreas de suporte ao *core business* dos bancos, além da administração do *back office*, há também o gerenciamento das próprias instalações da instituição bancária, como consumo de energia e água, compra de materiais, disposição de resíduos etc. O gerenciamento adequado dessas áreas inclui a adoção de um Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA) que se traduz em redução de custos e, portanto, com impacto sobre os resultados dos bancos.

A adoção de um SGA não é exclusividade das indústrias, os bancos, a exemplo delas, podem criar e controlar seus indicadores de ecoeficiências, estabelecendo metas para redução de consumo de energia e água, para aumentar a reciclagem de materiais, para educação ambiental e outros indicadores. Exercer o gerenciamento do risco ambiental dentro de suas próprias instalações faz parte do gerenciamento do risco operacional dos bancos.

De acordo com Ruiz (2003), existem numerosos benefícios para as empresas que decidem implementar um sistema de gerenciamento ambiental. Os principais são os seguintes: conservação de recursos, eficiência e redução de custos; novos clientes e mercados; prevenção de contaminação; reforço da lealdade com os clientes, oferecendo novos produtos de acordo com o perfil da clientela; motivação dos empregados; vantagem competitiva; menor exposição a acidentes

naturais ou internos na instituição. melhoria da imagem e do relacionamento com o público.

Um dos maiores impactos que o risco ambiental causa é sobre o risco de reputação, sem dúvida este é uma das maiores preocupações das instituições bancárias ao gerenciarem o risco ambiental. A importância do capital reputacional das empresas tem sido crescente, especialmente num contexto de integração dos mercados e disseminação das informações em tempo real. Empresas que desenvolvem comportamento social e ambientalmente questionável em seu meio, no sentido ético e legal, intencionalmente ou não, como em alguns eventos envolvendo espoliação ambiental, exposição a riscos da comunidade circunvizinha, práticas lesivas aos funcionários etc. podem atrair a atenção da mídia, o que, por sua vez, pode causar danos irreversíveis à empresa, comprometendo a sua própria sobrevivência. Por outro lado, as práticas sociais positivas podem obter o efeito contrário (Machado Filho & Zylbersztajn, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas três décadas, o setor financeiro passou por diversas crises, algumas ameaçando contagiar todo o sistema financeiro internacional, outras atingindo economias de diversos países ou grupos de países. Essas crises serviram para mostrar que este é um setor que não pode funcionar sem uma base regulatória adequada.

No mesmo período, ocorreram outras crises relacionadas ao meio ambiente: grandes acidentes ambientais, exaustão de recursos naturais, altos níveis de poluição, aquecimento global, destruição da camada de ozônio e outros. Esses problemas, de igual modo, mostraram para as autoridades governamentais, para a sociedade científica e civil que a sobrevivência do planeta depende do estabelecimento de limites para regular as atividades econômicas.

A partir da década de 1990, a regulação do setor financeiro, as legislações ambientais nacionais e supra-nacionais associadas à consciência da sociedade com relação aos problemas ambientais,

fizeram com que essas duas áreas – meio ambiente e setor financeiro – se inter-relacionassem.

A legislação ambiental de quase todos os países adotou o Princípio do Poluidor Pagador, fazendo com que os danos ambientais se tornassem custos para os poluidores/degradadores. As externalidades ambientais passaram a ser internalizadas. Definir a água, o ar, as florestas, os rios, o mar etc, como bens não econômicos, não cabe mais no novo modelo de economia que vem tomando forma. Atualmente, qualquer recurso natural tende a ter preço, tem valor econômico, portanto, risco ambiental passou a ser risco financeiro para qualquer atividade econômica.

As externalidades que a legislação ambiental não cuidou ainda de internalizar, a auto-regulação (termos de compromissos para preservação ambiental, normas de padronização internacional na área de meio ambiente como ISO 14.001, EMAS, *Responsible Care* etc) e a pressão da sociedade civil têm tido o cuidado de fazê-lo.

A necessidade de internalização dos custos ambientais pelas empresas fez com que o risco ambiental se tornasse risco financeiro não apenas para os usuários dos recursos naturais (poluidores/degradadores) mas para seus parceiros financeiros – as instituições bancárias. Com impacto sobre os seus quatro grandes grupos de risco – risco de mercado, risco legal, risco de crédito e risco operacional, neste, em especial, sob a reputação do banco.

O risco ambiental tem impacto efetivo e relevante sobre o risco de mercado, uma vez que o mercado de capitais, tanto de países desenvolvidos quanto de países emergentes, já percebe a *performance* ambiental como sinalizador nas tomadas de decisão de investimento. Portanto, os bancos podem realizar perdas devido à desvalorização de ativos financeiros de empresas com *performance* ambiental ruim.

Por outro lado, a má *performance* ambiental, certamente, tem impacto negativo sobre a situação econômico-financeira das empresas, o que acaba tendo impacto sobre o *rating* de crédito e alguns bancos já registraram perdas decorrentes de problemas ambientais com seus tomadores de crédito.

Por outro lado, a legislação de diversos países, inclusive do Brasil, abre a possibilidade dos bancos serem responsabilizados por dano ambiental causado por seus parceiros de negócios. Os bancos estão sendo obrigados a atentar para as questões ambientais em todo o seu *core business*, uma vez que o risco ambiental se tornou mais uma modalidade de risco legal.

No entanto o risco ambiental não se apresenta apenas nos negócios financeiros dos bancos. Embora a atividade financeira não seja de grande impacto ambiental, os bancos, em pequena medida, são também poluidores. Assim, o gerenciamento ambiental nas instalações dos bancos é importante, uma vez que reduz custos com conseqüente impacto sobre seus resultados, bem como sobre o capital reputacional. Este, como um bem intangível, tem cada vez mais, agregado valor às companhias, principalmente num mercado globalizado e altamente competitivo, em que os bens tangíveis são mais facilmente imitáveis.

A percepção de que o risco ambiental tem impacto sobre os quatro grandes grupos de risco enfrentados pelas instituições bancárias é diferenciada entre os diversos sistemas financeiros. Embora o gerenciamento do risco ambiental esteja num processo avançado nos países desenvolvidos, como EUA, Canadá, países da União Européia etc.; no Brasil, uma boa parte dos bancos ignora essa modalidade de risco em seus processos de gerenciamento de risco. Apesar do desconhecimento, os cinco maiores bancos privados do país, em termos de ativos, já deram sinais de preocupação com o risco ambiental, ao aderirem aos Princípios do Equador. A adoção destes princípios é, sem dúvida, um bom começo no sentido de adotar sistema de gerenciamento de risco ambiental em um banco.

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Paulo de Bessa (1997). *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro, Lumem Juris.

AUSTIN, Duncan; ROSINSKI, Niki; SAUER, Amanda; DUC, Colin Le (2003). *Changing Drivers: The Impact of Climate Change on Competitiveness and Value*

Creation in the Automotive Industry. Informação disponível no site: www.wri.org, consultado em 20 out. 2004.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião (2001). *O Risco Legal na Análise de Crédito*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.8, N. 16, P.215-260.

DUARTE JR., A.M. (2002). *Uma Introdução ao Gerenciamento de Risco Corporativo*. Curso MBA em Economia do Setor Financeiro, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração – FEA/USP, setembro/2002.

DUARTE JR., A.M. (2004). *Risco: Definições, Tipos, Medições, Recomendações para o seu Gerenciamento*. Disponível no site: www.risktech.com.br, consultado em 20 ago. 2004.

Equator Principles. Informações disponíveis no site: <http://www.equator-principles.com>, consultado em 03 jan. 2005.

GARCIA, Valéria S. (2002). *Gestão de risco de crédito e regulamentação*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Administração e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, 2002.

Global Compact. Informações disponíveis no site: <http://www.unglobalcompact.org>, consultado em 03 jan. 2005.

Guia de Ecoeficiência para o Setor Financeiro (2004). Disponível no site: <http://www.incae.ac.cr/ES/clacds/proyectos/ambientales/ecoefficiencia/administracion/>, consultado em 30 nov. 2004.

JORION, P. (1997). *Value at Risk. The New Benchmark for Controlling Market Risk*. Chicago: McGraw-Hill Companies, Inc.

MACHADO FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio (2004). *Capital Reputacional e Responsabilidade Social: Considerações Teóricas*. Caderno de Pesquisa em Administração, São paulo, v. 11, n. 2, p.87-98, abril/junho 2004. Disponível no site: <http://www2.saocamilo-ba.br/clipping/capital%20.pdf>, consultado em 24 fev. 2005.

MIB 1. IFC/publications/MIB 1 – *Sustainability and Financial Institutions*. Disponível no site:

www.ifcln1.ifc.org, consultado em 16 ag. 2004.

MOLINA, Maria Leonor Rodriguez (2003). *Análisis de riesgos ambientales em los proyectos de préstamos e inversión*. Disponível no site: <http://www.incae.ac.cr/ES/clacds/investigacion/articulos/cen773.shtml>, consultado em 15 jan. 2005.

RUIZ, Isabel Arauz (2003). *Aplicación de Sistemas de Manejo Ambiental en las Entidades Bancarias Latinoamericanas*. Disponível no site: <http://www.incae.ac.cr/ES/clacds/investigacion/articulos/cen774.shtml>, consultado em 05 jan. 2005.

SAUNDERS, Anthony (2002). *Administração de Instituições Financeiras*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Sustainability-indexes (2005). Disponíveis no site: http://www.sustainability-indexes.com/djsi_pdf/news/MonthlyUpdates/DJSI_Update_0411.pdf, consultado em 04 jan. 2005.

VARGAS, Everton Vieira (1998). *Direito e Meio Ambiente, A regulação numa era de desregulação*. Santa Maria (RS), Universidade Federal de Santa Maria. Revista Ciência & Ambiente nº17- julho/dezembro 1998.

¹ Analista do Banco Central do Brasil; Mestre pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

² Events and initiatives that have shaped the role of the banking sector in sustainable development. Texto disponível no site: http://www.bsdglobal.com/banking/sus_timeline.asp.

³ Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades, em Brundtland (1987).

⁴ O IFC é uma organização internacional estabelecida em 1956 para promover o crescimento e o desenvolvimento de seus países-membros por meio da promoção do desenvolvimento do setor privado. O IFC é um membro do grupo do Banco Mundial, que também inclui o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird ou Banco Mundial), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e a Agência Multilateral de Investimento e Garantia (MIGA). Fonte: www.IFC.org.

⁵ São princípios básicos para implementação de critérios sócio-ambientais em novos projetos com custo total acima de US\$ 50 milhões, baseados nos critérios sócio-ambientais do IFC/Banco Mundial. Entre os critérios estão: o impacto ambiental do projeto sobre flora e fauna, o reassentamento involuntário, a proteção a comunidades indígenas, proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil ou escravo etc.

⁶ Garcia (2002) alerta que um melhor nível de gerenciamento de risco possibilitará às instituições financeiras redução na necessidade de aporte de capital, as quais consequentemente, incorrerão num menor esforço para obtenção de lucro, tendo em vista que quanto maior o capital próprio maior a dificuldade de geração de resultados para os acionistas.

⁷ Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Conforme definido pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, artigo 3º, inciso I, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Silva (1981; 435) trata do meio ambiente em seu sentido amplo, pois considera toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendidos, portanto, o solo, a água, o ar, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico.

⁸ Princípio do Poluidor Pagador é o princípio da responsabilidade pela qual o poluidor deve responder por suas ações ou omissões, em prejuízo do meio ambiente, de maneira a mais ampla possível de forma que se possa reprimir a situação ambiental degradada e que a penalização aplicada tenha efeitos pedagógicos e impedindo-se que os custos recaiam sobre a sociedade (Antunes 1997; 26).

⁹ Princípio 22 da Declaração de Estocolmo: Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional, no que se refere à responsabilidade e à indenização das vítimas da poluição e outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob controle de tais estados causem às zonas situadas fora de sua jurisdição.

¹⁰ A EBA é uma associação comercial, sem fins lucrativos, que representa a indústria de serviços financeiros - bancos, instituições financeiras não bancárias, seguradoras, firmas de gerenciamento de ativos e outras similares. A EBA foi criada, em 1994, em resposta à crescente sensibilidade às questões de risco ambiental e à necessidade de seu gerenciamento e devido às políticas e procedimentos de prudência e cuidados nas instituições financeiras. Informação disponível no site: www.envirobank.org, consultado em maio de 2004.

¹¹ O MIB é uma iniciativa da Sustainable Financial Markets Facility do IFC, responsável pelo financiamento de programas de assistência técnica que capacitam e promovem práticas sustentáveis de negócios nos setores bancários, segurador e de investimentos.